

CADERNO DE QUESTÕES – Técnico em Serviços Jurídicos

Nome do(a) candidato(a): _____ Nº de inscrição: _____

Prezado(a) candidato(a):

Antes de iniciar a prova, leia atentamente as instruções a seguir e aguarde a ordem do Fiscal para iniciar o Exame.

1. Este caderno contém 30 (trinta) questões em forma de teste.
2. A prova terá duração de 4 (quatro) horas.
3. Após o início do Exame, você deverá permanecer no mínimo até as 15h30min dentro da sala do Exame, podendo, ao deixar este local, levar consigo este caderno de questões.
4. Você receberá do Fiscal a Folha de Respostas Definitiva. Verifique se está em ordem e com todos os dados impressos corretamente. Caso contrário, notifique o Fiscal, imediatamente.
5. Após certificar-se de que a Folha de Respostas Definitiva é sua, assine-a com caneta esferográfica de tinta preta ou azul no local em que há a indicação: “ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)”.
6. Após o recebimento da Folha de Respostas Definitiva, não a dobre e nem a amasse, manipulando-a o mínimo possível.
7. Cada questão contém 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D, E) das quais somente uma atende às condições do enunciado.
8. Responda a todas as questões. Para cômputo da nota, serão considerados apenas os acertos.
9. Os espaços em branco contidos neste caderno de questões poderão ser utilizados para rascunho.
10. Estando as questões respondidas neste caderno, você deverá primeiramente passar as alternativas escolhidas para a Folha de Respostas Intermediária, que se encontra no final deste caderno de questões.
11. Posteriormente, você deverá transcrever todas as alternativas assinaladas na Folha de Respostas Intermediária para a Folha de Respostas Definitiva, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas. Portanto, ao preencher a Folha de Respostas Definitiva, faça-o cuidadosamente. Evite erros, pois a Folha de Respostas não será substituída.
13. Preencha as quadrículas da Folha de Respostas Definitiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e com traço forte e cheio, conforme o exemplo a seguir:

A	B		D	E
---	---	--	---	---
14. Quando você terminar a prova, avise o Fiscal, pois ele recolherá a Folha de Respostas Definitiva, na sua carteira. Ao término da prova, você somente poderá retirar-se da sala do Exame após entregar a sua Folha de Respostas Definitiva, devidamente assinada, ao Fiscal.
15. Enquanto o candidato estiver realizando o Exame, é terminantemente proibido utilizar calculadora, computador, telefone celular (o qual deverá permanecer totalmente desligado, inclusive sem a possibilidade de emissão de alarmes sonoros ou não, nas dependências do prédio onde o Exame será realizado), radiocomunicador ou aparelho eletrônico similar, chapéu, boné, lenço, gorro, máscara, óculos escuros, corretivo líquido/fita ou quaisquer outros materiais (papéis) estranhos à prova.
16. O desrespeito às normas que regem o presente Processo Seletivo para acesso as vagas remanescentes de 2º módulo, bem como a desobediência às exigências registradas na Portaria e no Manual do Candidato, além de sanções legais cabíveis, implicam a desclassificação do candidato.
17. Será eliminado do Exame o candidato que:
 - Não comparecer ao Exame na data determinada;
 - Chegar após o horário determinado de fechamento dos portões, às 13h30;
 - Realizar a prova sem apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§4º e 5º do artigo 14 da portaria CEETEPS-GDS nº 2103, de 19/04/2018;
 - Não apresentar um dos documentos de identidade originais exigidos ou não atender o previsto nos §§4º e 5º do artigo 14 da portaria CEETEPS-GDS 2103, de 19/04/2018;
 - Retirar-se da sala de provas sem autorização do Fiscal, com ou sem o caderno de questões e/ou a Folha de Respostas Definitiva;
 - Utilizar-se de qualquer tipo de equipamento eletrônico, de comunicação e/ou de livros, notas, impressos e apontamentos durante a realização do exame;
 - Retirar-se do prédio em definitivo antes de decorridas duas horas do início do exame, por qualquer motivo;
 - Perturbar, de qualquer modo, a ordem no local de aplicação das provas, incorrendo em comportamento indevido durante a realização do exame;
 - Retirar-se da sala de provas com a Folha de Respostas Definitiva;
 - Utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento em benefício próprio ou de terceiros, em qualquer etapa do exame;
 - Não atender as orientações da equipe de aplicação durante a realização do exame;
 - Realizar ou tentar realizar qualquer espécie de consulta ou comunicar-se e/ou tentar comunicar-se com outros candidatos durante o período das provas;
 - Realizar a prova fora do local determinado pela Etec/Extensão de Etec;
 - Zerar na prova teste.

Gabarito oficial

O gabarito oficial da prova será divulgado a partir das 14 horas do dia 25/06/2018, no site www.vestibulinhoetec.com.br

Resultado

- Divulgação da lista de classificação geral a partir do dia 16/07/2018.

BOA PROVA!

Questão 01

A partir de um grupo de elementos inter-relacionados desenvolve-se o planejamento. Os conceitos a seguir,

I.	“qualquer elemento identificado em sua forma bruta, que por si só não conduz a uma compreensão de determinado fato ou situação”
II.	“organização e análise dos elementos”
III.	“experiência de vida e profissional”

referem-se, respectivamente, a:

	I.	II.	III.
(A)	conhecimento	informação	e dado
(B)	informação	dado	e conhecimento
(C)	dado	conhecimento	e informação
(D)	informação	conhecimento	e dado
(E)	dado	informação	e conhecimento

Questão 02

O vocábulo Direito possui diversas acepções, todas reunidas entre si pelo menos por um ponto de contato, resultando na definição de natureza analógica da Ciência do Direito.

Nesse contexto, podemos afirmar que:

- (A) entende-se por Direito Subjetivo o conjunto de regras jurídicas obrigatórias, em vigor num país em uma determinada época. É o sinônimo de Direito Positivo, a norma agendi.
- (B) são atributos do Direito Objetivo a generalidade, a bilateralidade, a imperatividade e a coercibilidade.
- (C) o Direito Objetivo é a faculdade que tem uma pessoa de fazer prevalecer, em juízo, a sua vontade, consubstanciada num interesse.
- (D) existe uma inter-relação entre os Direitos Objetivo e o Subjetivo, na medida em que aquele só existe em função deste.
- (E) tratando-se de Direito Objetivo existem sempre dois sujeitos presentes: o ativo e o passivo.

Questão 03

A atividade específica atribuída ao Poder Judiciário recebe o nome de jurisdição e é exercida concretamente, observando a competência conferida aos juízes de primeira instância e aos tribunais superiores, observadas as leis de organização judiciária. Sendo assim, é correto afirmar que:

(A) a distribuição da competência pelos vários órgãos que formam o Poder Judiciário não decorre da divisão do trabalho.

(B) todos os órgãos indicados no artigo 92 da Constituição Federal de 1988 funcionam como corte de justiça ordinária.

(C) a competência que o Tribunal Federal de Recursos, extinto pela Constituição de 1988, desempenhava como segunda instância ordinária, agora é exercida pelos Tribunais Regionais do Trabalho.

(D) a jurisdição é o poder de julgar, conferido aos juízes e tribunais; a competência é a medida da jurisdição, é a porção dela atribuída pela lei a cada magistrado ou tribunal para apreciar e julgar determinada causa.

(E) a Constituição em vigor autoriza o STF a criar, em suas respectivas jurisdições, "juizados especiais", providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, julgamento e a respectiva execução de causas.

Questão 04

Considerando o tema Fontes do Direito, é correto afirmar que:

(A)	Nas fontes mediatas,	têm-se as leis e a doutrina.
(B)	Nas fontes imediatas,	têm-se os princípios gerais do direito e os costumes.
(C)	Nas fontes mediatas,	têm-se os costumes e a analogia.
(D)	Nas fontes imediatas	têm-se a jurisprudência e os princípios gerais do direito.
(E)	Nas fontes imediatas	têm-se as leis e os costumes.

Questão 05

A jurisdição é uma das funções do Estado por meio da qual este se substitui aos titulares dos interesses e conflitos para pacificar o conflito, imparcialmente e com justiça.

Nesse sentido é correto dizer que:

- (A) não se verifica o caráter substitutivo da jurisdição, pois esta é exercida por juízes que agem em nome próprio.
- (B) o Estado, por meio da jurisdição, não garante que os resultados práticos preconizados pelo direito material sejam concretizados.
- (C) a jurisdição não objetiva o escopo jurídico do processo e tampouco os objetivos sociais.
- (D) a jurisdição é um poder, uma função e uma atividade estatal, simultaneamente.
- (E) a lide, a inércia e a definitividade não são características da jurisdição.

Questão 06

Em se tratando de validade técnico-jurídica da lei, é correto afirmar:

- | | | |
|-----|---------------------------------------|--|
| (A) | a validade técnico-jurídica | é sinônimo de validade constitucional, ou seja, indica que a disposição normativa atende aos preceitos constitucionais |
| (B) | a validade técnico-jurídica | é sinônimo de validade formal e indica que a norma foi elaborada por órgão competente |
| (C) | a validade técnico-jurídica | é sinônimo de validade fática e significa que se vincula à atividade do aparelho sancionador do Estado |
| (D) | a expressão validade técnico-jurídica | sempre coincide com a vigência da lei em sentido restrito. |
| (E) | a validade técnico-jurídica | corresponde a ratio juris, a razão de ser de uma norma |

Questão 07

A falta de segurança das informações, sejam elas físicas e lógicas, acarreta prejuízos tangíveis e intangíveis, tais como perda de credibilidade e desgaste de imagem, dentre outras.

Nesse contexto, podemos afirmar que:

- (A) O ambiente onde estão as informações deve ser de livre acesso a todos os funcionários, a fim de se garantir tempo e agilidade nos processos.
- (B) Qualquer informação poderá ser disponibilizada por meio de qualquer computador com acesso à rede.
- (C) O ambiente deve ter o mínimo de iluminação, para facilitar a pesquisa pela informação demandada.
- (D) Deve ter um perímetro de segurança definido, com barreiras de segurança apropriadas e controle de acesso.
- (E) O controle de acesso prevê, apenas, a confirmação de que a pessoa interessada na informação está devidamente identificada por meio de seu crachá com foto.

Questão 08

A declaração solene da norma jurídica, emanada pelo poder competente, denomina-se lei. A lei apresenta várias classificações e, considerando essa afirmação, podemos concluir que:

- (A) as leis impositivas subdividem-se em absolutas e relativas: as primeiras são as que permitem ação ou abstenção daqueles a quem se dirigem, não permitindo alternativas, ao passo que as últimas vedam algo, sem admitir quaisquer tipos de alternativas.
- (B) as leis dispositivas subdividem-se em afirmativas e negativas e todo o regramento contido no Código Civil Brasileiro é feito sob essa ótica.
- (C) as leis supletivas declarativas são aquelas que suprem uma declaração de vontade inexistente, tal qual ocorre na adjudicação compulsória.
- (D) o escopo da lei é mandar, proibir, permitir e punir, o que vale dizer que as leis classificam-se em imperativas (proibitivas e punitivas) e permissivas.
- (E) considerando o critério da permissividade, as leis são perfeitas, imperfeitas, mais que perfeita e menos que perfeitas.

Questão 09

Sobre a posição do Ministério Público, escrevem CINTRA-GRINOVER-DINAMARCO (Teoria Geral do Processo, p. 177): "O Ministério Público é, na sociedade moderna, uma instituição destinada à preservação dos valores fundamentais do Estado enquanto comunidade".

Nesse sentido, podemos afirmar:

- (A) a figura do representante do Ministério Público, no processo civil, não viabiliza a superação do princípio dispositivo, de forma que compromete a imparcialidade do juiz, condição indispensável para o exercício da função jurisdicional.
- (B) por meio da ação do Ministério Público, busca-se fomentar, no magistrado, a empolgação pelos interesses em conflito.
- (C) as funções desempenhadas pelo Ministério Público, no processo civil, foram aumentadas de forma muito acentuada, no direito contemporâneo.
- (D) a posição do Ministério Público, no processo civil, busca aumentar a esfera de disponibilidade dos direitos subjetivos, transformando-os em direitos e obrigações.
- (E) no processo civil, o Ministério Público sempre atua como custos legis, sendo-lhe vedado assumir a posição de parte.

Questão 10

O Direito subdivide-se em dois ramos distintos, quais sejam, o Direito Público e o Direito Privado. Partindo dessa subdivisão, podemos afirmar que:

(A)	O Direito Público	contempla o Direito Constitucional, Direito Financeiro e Direito Comercial.
(B)	O Direito Privado	contempla o Direito do Trabalho, Direito Comercial e Direito Judiciário.
(C)	O Direito Público	contempla o Direito Administrativo, Direito Financeiro e Direito Judiciário.
(D)	O Direito Privado	contempla o Direito Internacional Privado, Direito Comercial e Direito Penal.
(E)	O Direito Público	contempla o Direito Penal, Direito do Trabalho e Direito Comercial".

Questão 11

Toda norma jurídica tem eficácia limitada no tempo e no espaço, ou seja, aplica-se por um certo período de tempo, seja ele curto ou longo, dentro de um determinado território. Considerando a eficácia da norma processual, podemos afirmar que:

- (A) considerando que a norma processual objetiva disciplinar a atividade jurisdicional desenvolvida por meio do processo, pode ser regulada por leis estrangeiras, sem quaisquer inconvenientes.
- (B) o princípio que regula a eficácia espacial das normas de processo é o da territorialidade, impondo a aplicação da *lex fori*.
- (C) a territorialidade da aplicação da lei processual não está prevista expressamente no ordenamento jurídico pátrio.
- (D) as leis processuais brasileiras não se sujeitam às normas relativas à eficácia temporal, previstas na LICC.
- (E) em se tratando de Direito Processual Civil, verificando-se sucessão de leis no tempo, aplica-se a unidade processual, independentemente da fase em que o processo se encontre.

Questão 12

Brasileiro naturalizado que pratica crime comum antes da naturalização pode ser extraditado, assim como brasileiro comprovadamente envolvido em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins. Essa afirmativa:

- (A) é incorreta, pois a prática de crime comum não é passível de extradição.
- (B) é incompleta, porque o brasileiro nato também pode ser extraditado.
- (C) é incompatível com o disposto na Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata sobre os direitos e deveres individuais e coletivos.
- (D) é compatível com o disposto na Constituição Federal de 1988, no capítulo que trata sobre os direitos e deveres individuais e coletivos.
- (E) nenhum brasileiro, naturalizado ou nato, pode ser extraditado.

Questão 13

Na história do direito dos povos, observa-se a existência de uma fase em que se permitia a satisfação, com meios pessoais. Desse modo, os indivíduos poderiam satisfazer suas pretensões, fossem elas vinculadas a bens ou a utilidades de vida. Essa fase recebe o nome de autotutela. Com a evolução do direito, o Estado proibiu a realização da justiça pelas próprias mãos e trouxe para si o encargo de solucionar os conflitos de interesses, originando a chamada Justiça Pública.

Integram a Justiça Pública:

- (A) a jurisdição.
- (B) a ação.
- (C) o processo.
- (D) a jurisdição, a ação e o processo.
- (E) o processo e a ação.

Questão 14

Ato jurídico é todo ato humano com repercussões no mundo jurídico. Nesse sentido, é correto afirmar:

- (A) Toda a sistemática jurídica é reduzida a fatos e atos.
- (B) Denomina-se ato jurídico os atos, lícitos ou ilícitos, que objetivam a aquisição, resguardo, transferência, modificação ou extinção do direito.
- (C) Em linguagem técnica, podemos afirmar que tanto o fato como o ato jurídico têm como suporte fático acontecimentos que ocorreram no mundo, sendo que para o ato jurídico concorre a conduta humana e para o fato, não.
- (D) O ato ilícito não se caracteriza, tecnicamente, como ato jurídico, integrando a seara dos fatos jurídicos.
- (E) A sistemática do Código Civil brasileiro, ao tratar do ato jurídico, prescinde da análise da licitude.

Questão 15

Sobre a norma processual, é correto afirmar:

- (A) segundo o seu objeto imediato, as normas se distinguem em materiais e instrumentais, sendo que as primeiras contribuem para a resolução dos conflitos interindividuais e as últimas disciplinam a cooperação entre as pessoas.
- (B) as normas processuais de organização judiciária referem-se ao *modus procedendi*, considerando a estrutura e coordenação dos atos processuais que compõem o processo.
- (C) as normas de organização judiciária cuidam do processo como tal, atribuindo deveres e poderes processuais.
- (D) as normas procedimentais tratam da criação e estrutura dos órgãos judiciários e seus auxiliares.
- (E) o objeto das normas processuais é a disciplina do modo processual de resolver os conflitos e controvérsias, mediante a atribuição ao juiz dos poderes necessários para resolvê-los e às partes de faculdades e poderes destinados à eficiente defesa de seus direitos.

Questão 16

Quando falamos em Interpretação e Hermenêutica, é correto afirmar que:

- (A) Interpretação é a teoria científica da hermenêutica.
- (B) Hermenêutica é dar sentido a uma norma jurídica.
- (C) Interpretação é opcional ao aplicador do direito.
- (D) Hermenêutica não é aplicável, quando a lei é clara.
- (E) Interpretação é fixar o verdadeiro sentido e alcance de uma norma jurídica.

Questão 17

O sistema de governo em que o Poder Legislativo e o Executivo distinguem-se de forma acentuada é:

- (A) Republicano.
- (B) Monárquico.
- (C) Presidencial.
- (D) Parlamentar.
- (E) Democrático.

Questão 18

Princípio, termo análogo, cujo significado jurídico é a proposição fundamental que se coloca na base dos sistemas, informando-os.

Dessa forma, pode-se afirmar que:

- (A) não há que se falar em hierarquia de princípios, uma vez que estão dispostos em planos de abrangências diversas.
- (B) os princípios onivalentes, também conhecidos como universais, constituem-se em proposições gerais das quais decorrem inúmeras outras proposições especiais.
- (C) os princípios plurivalentes são verdadeiros postulados da razão humana, razão pela qual são conhecidos como primeiros princípios.
- (D) os princípios monovalentes são proposições básicas que informam os diversos compartimentos em que se divide qualquer ramo da ciência.
- (E) os princípios setoriais são proposições que servem de fundamento a um conjunto de juízos relativos a um só campo do conhecimento humano.

Questão 19

Analise as ações seguintes e assinale a assertiva correta:

I.	missão é entendida como a finalidade, a razão de existir de uma determinada organização, definindo a identidade e o foco dessa organização.
II.	visão é a perspectiva, a longo prazo, da organização.
III.	valores são as crenças fundamentais em torno das quais a organização é estruturada.

- (A) I e III estão corretas.
- (B) I e II estão corretas.
- (C) II e III estão corretas.
- (D) somente a III está correta.
- (E) I, II e III estão corretas.

Questão 20

O procedimento eleitoral compreende uma sucessão de atos e operações encadeadas, objetivando a realização do escrutínio e escolha dos eleitos. O procedimento eleitoral divide-se em três fases: apresentação das candidaturas, organização do escrutínio e contencioso eleitoral.

Nesse contexto, pode-se afirmar que:

- (A) o procedimento eleitoral visa selecionar e designar as autoridades governamentais, dos membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, integrantes do Poder Judiciário e Chefes dos Poderes Executivos.
- (B) no procedimento eleitoral, a escolha não se dá *in abstracto*, mas entre os candidatos previamente apresentados, vinculados a um partido político.
- (C) a filiação partidária não é uma das condições de elegibilidade.
- (D) o escrutínio possui sentido estrito, significando, apenas, o exercício do voto concretamente.
- (E) os conflitos de interesse eleitoral são de competência da Justiça Federal.

Questão 21

O Estado, nação politicamente organizada, caracteriza-se por um dinamismo constante, desenvolvendo diversos serviços públicos.

Dessa forma, é incorreto afirmar:

- (A) são poderes do Estado o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
- (B) a divisão tripartite do poder é debatida desde a antiguidade, passando por Montesquieu e Kant, chegando aos dias atuais, falam-se na divisão s princípios.
- (C) no Brasil, o poder executivo é exercido nas três esferas (Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal), respectivamente, pelo Presidente e seus Ministros, Pelos Governadores e Secretários e pelo Prefeito e seus secretariados.
- (D) o Decreto-Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967 implantou a mais importante Reforma Administrativa no Brasil, extensiva a todas as esferas de poder.
- (E) atualmente, não há que se falar em administração direta ou indireta, uma vez que a gestão dos serviços públicos é atribuição exclusiva do Poder Executivo que é uno.

Questão 22

O Poder Judiciário integra o Estado Democrático de Direito, juntamente com os Poderes Executivo e Legislativo. Todos esses Poderes são independentes e harmônicos entre si.

Sobre a independência do Poder Judiciário e suas Garantias, podemos afirmar que:

- (A) a posição do Poder Judiciário, como guardião das liberdades e direitos individuais, será preservada por meio da independência e da imparcialidade.
- (B) a independência do Poder Judiciário não se estende aos seus juízes, que se subordinam hierarquicamente aos Tribunais.
- (C) a Constituição Federal de 1988 não assegurou ao Poder Judiciário a prerrogativa do autogoverno, mas apenas e tão somente a autonomia administrativa e financeira.
- (D) a vitaliciedade e a estabilidade são garantias de imparcialidade dos juízes.
- (E) os juízes não possuem garantias de independência.

Questão 23

As constituições democráticas:

- (A) são as constituições materiais e se identificam com a organização do Estado e regime político.
- (B) são também denominadas populares e se originam de um órgão constituinte composto por representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborar e estabelecer normas constitucionais.
- (C) são sistematizadas em dogmas fundamentais da teoria política, predominantes em um determinado contexto histórico.
- (D) são elaboradas e estabelecidas sem a participação do povo.
- (E) são sinônimas de constituições cesaristas, pois são formadas por meio de plebiscito popular.

Questão 24

Sobre as condições da ação:

- (A) Foram estudadas por Liebman e consagradas pelo Código de Processo Civil Brasileiro.
- (B) Foram estudadas por Chiovenda e consagradas pelo Código de Processo Civil Brasileiro.
- (C) Para que se configure a carência da ação, mister se faz a ausência concomitante da possibilidade jurídica do pedido, do interesse de agir e da legitimidade para causa.
- (D) Ação e causa são sinônimos pois ambas significam a projeção da lide no processo.
- (E) O exercício da ação, não vinculado a uma pretensão, caracteriza a carência da ação pela ofensa à legitimidade para a causa.

Tô perdido

A sensação de estar perdido profissionalmente é mais frequente do que se possa imaginar. Acompanhando pesquisas sobre satisfação profissional realizadas por empresas respeitáveis no Brasil e no exterior ao longo dos últimos quatro anos, é possível afirmar que entre 60% e 70% da população mundial se sente parcial ou totalmente insatisfeita profissionalmente.

Os motivos são diversos e podem ir desde a relação com a liderança e a falta de perspectivas de crescimento na empresa até o déficit de reconhecimento. Há ainda a insatisfação salarial, mas ela, na maioria das pesquisas, e por anos consecutivos, não aparece como o principal motivo.

Estar perdido é como as pessoas descrevem a inadequação profissional e as incertezas diante das escolhas das possibilidades do mercado.

Na minha percepção, de quem trabalha com essa realidade diariamente, nem sempre há um motivo único e, quando há, são situações mais simples de resolver.

Não é possível descrever as várias combinações desses fatores, pois são muito individuais e cabe a cada um identificar quais são os aspectos que incomodam e desagradam na relação de trabalho. Saber o que se quer ajuda muito também.

Realizar uma atividade sem sentido e sem propósito por longas jornadas é um grande sacrifício. Altos índices de afastamento do trabalho se dão por motivos de saúde e são consequências desse desajuste profissional.

Fazer uma escolha profissional não é fácil. Sempre enfatizo que o autoconhecimento é fundamental para que as escolhas possam acontecer de maneira mais coerente com valores, crenças e propósitos pessoais. Elas devem estar alinhadas minimamente com projetos de vida. Pesquisar e conhecer o mercado de trabalho também será fundamental nesse processo.

(Folha de S.Paulo, 31.08.2014. Adaptado)

Questão 25

Assinale a alternativa correta de acordo com as informações do texto.

- (A) As pesquisas comprovam que, no mundo, aproximadamente 70% dos trabalhadores estão completamente infelizes em sua profissão.
- (B) A insatisfação profissional tem como causa prioritária a baixa remuneração salarial, que afeta a qualidade de vida do profissional.
- (C) Superar a sensação de estar perdido depende do conhecimento de si mesmo e de escolhas que sejam condizentes com os valores pessoais.
- (D) Estar a par das exigências do mercado de trabalho é atitude louvável, ainda que não seja relevante para as escolhas profissionais.
- (E) Lidar com a insatisfação profissional é mais fácil quando, em lugar de um único motivo, são vários os motivos envolvidos nesse processo.

Questão 26

Segundo a autora do texto, entre os motivos que acarretam a insatisfação profissional, está:

- (A) o excesso de responsabilidades a serem assumidas.
- (B) a convivência com uma gestão empresarial democrática.
- (C) a ausência de conhecimentos técnicos do profissional.
- (D) a falta de reciprocidade entre colegas de mesmo nível hierárquico.
- (E) a limitada possibilidade de crescimento no ambiente profissional.

Questão 27

Leia a frase.

As escolhas devem estar alinhadas com nosso projeto de vida, _____ o autoconhecimento é fundamental.

Para que se estabeleça relação de **conclusão** entre as ideias expostas, a lacuna dessa frase deve ser preenchida por:

- (A) por conseguinte
- (B) entretanto
- (C) se
- (D) à medida que
- (E) uma vez que

Leia a tira para responder às questões de números 28 a 30.



<<https://tinyurl.com/y9brnjjn>>. Acesso em: 18.04.2018.

Questão 28

No primeiro quadrinho da tira, a oração "... *and we finished ahead of time*..." expressa que a equipe

- (A) terminou a tarefa no prazo.
- (B) está atrasada com a tarefa.
- (C) terminará a tarefa no prazo.
- (D) terminou a tarefa antes do prazo.
- (E) precisa adiar o prazo de entrega da tarefa.

Questão 29

Na oração do terceiro quadrinho "... *schedules can change*...", a palavra *can* expressa

- (A) proibição.
- (B) obrigação.
- (C) permissão.
- (D) necessidade.
- (E) possibilidade.

Questão 30

No terceiro quadrinho, com a oração "... *That would be called a "calendar" ...*", Dilbert quer dizer que

- (A) houve velocidade para a realização da tarefa, antecipando o planejamento.
- (B) houve mudanças demais no planejamento, o que o tornou muito longo.
- (C) houve um planejamento anual para a realização da tarefa.
- (D) houve antecipação na entrega da tarefa.
- (E) houve erro na realização da tarefa.

VESTIBULINHO ETEC – 2º SEM/18 – CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Técnico em Serviços Jurídicos

Exame: 24/06/2018 (domingo), às 13h30min

FOLHA DE RESPOSTAS INTERMEDIÁRIAS

Nome do(a) candidato(a): _____ Nº de inscrição: _____

Prezado(a) candidato(a),

1. Responda a todas as questões contidas neste caderno e, depois, transcreva as alternativas assinaladas para esta Folha de Respostas Intermediária.
2. Preencha os campos desta Folha de Respostas Intermediária, conforme o modelo a seguir:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---
3. Não deixe questões em branco.
4. Marque com cuidado e assinale apenas uma resposta para cada questão.
5. Posteriormente, transcreva todas as alternativas assinaladas nesta Folha de Respostas Intermediária para a Folha de Respostas Definitiva, utilizando **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.

PROVA (30 RESPOSTAS)

RESPOSTAS de 01 a 15					
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E

RESPOSTAS de 16 a 30					
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E

**NÃO AMASSE,
NÃO DOBRE E
NEM RASURE
ESTA FOLHA.**

Portaria CEETEPS–GDS nº 2103, de 19 de abril de 2018

DAS LISTAS DE CLASSIFICAÇÃO GERAL E DE CONVOCAÇÃO PARA MATRÍCULAS PARA O INGRESSO, PARA O ACESSO E PARA A ESPECIALIZAÇÃO

Artigo 25 – § 3º – A divulgação das “listas de convocação”, bem como as matrículas dos candidatos classificados no Processo Seletivo-Vestibulinho, do 2º semestre de 2018, serão realizadas nas seguintes datas, desde que não seja feriado municipal na cidade onde a Etec está sediada. A continuidade será no próximo dia útil após o feriado:

- 1ª lista de convocação e matrícula: 17 e 18-07-2018;
- 2ª lista de convocação e matrícula: 19 e 20-07-2018.

§ 4º – Posteriormente, poderão ser afixadas outras listas na Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada), além das previstas nos parágrafos anteriores deste Artigo. O candidato deverá acompanhar junto à Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) em que pretende estudar, os dias em que serão afixadas.

§ 5º – O candidato convocado em qualquer uma das listas que não efetuar sua matrícula na data marcada perderá o direito à vaga e seu nome não constará de quaisquer outras listas que porventura sejam divulgadas.

§ 6º – O candidato deverá verificar o horário para a matrícula junto à Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) em que pretende estudar, pois é responsabilidade desta estabelecer o devido horário.

DOS DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA DO ACESSO

Artigo 27 – A matrícula dos candidatos convocados para o acesso às vagas remanescentes do 2º módulo dependerá da apresentação dos seguintes documentos:

- I – Requerimento de matrícula (fornecida pela Etec/Extensão de Etec (Classe Descentralizada) no dia);
- II – 2 (duas) fotos 3x4 recentes e iguais;
- III – Documento de identidade, fotocópia e apresentação do original ou autenticado em cartório, expedido pela Secretaria de Segurança Pública (RG), pelas Forças Armadas ou pela Polícia Militar ou Cédula de Identidade de Estrangeiro (RNE) dentro da validade; OU
- IV – Carteira Nacional de Habilitação, dentro da validade (CNH – modelo novo) ou com até 30 (trinta) dias do vencimento de sua validade conforme legislação em vigor, ou documento expedido por Ordem ou Conselho Profissional (exemplo: OAB, CREA, COREN, CRC e outros). No caso da apresentação de um destes documentos o aluno deverá apresentar posteriormente o RG (fotocópia e original), expedido pela Secretaria de Segurança Pública, em até 60 dias;
- V – CPF, fotocópia e apresentação do original ou autenticado em cartório;
- VI – Histórico Escolar com Certificado de Conclusão do Ensino Médio regular ou equivalente (EJA/ENCEJA), uma fotocópia simples com a apresentação do original ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, assinada por agente escolar da escola de origem, documento original;
- VII – Para os candidatos que realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM – Certificado ou Declaração de Conclusão do Ensino Médio, expedido pelos Institutos Federais ou pela Secretaria da Educação dos Estados correspondente.